

**FÓRUM PERMANENTE PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS
SEGMENTO CARGAS SECAS
ATA Nº 007 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24/02/2016**

Local: Edifício Sede do Ministério dos Transportes, Esplanada dos Ministérios, Bloco R - Brasília - DF, 6º andar - Sala Interativa do Gabinete do Ministro.

Início: 14h10

Término: 17h15

Coordenação: Herbert Drummond

Presentes: Lista de presença anexa

Próxima reunião: 30 de março de 2016 – 14h

AVISOS INICIAIS

Após a apresentação de todos os membros presentes, o Coordenador informou os links <http://www.transportes.gov.br/forum-trc.html> para acesso a página do Fórum TRC, o link para assistir à reunião ao vivo (<http://vc.transportes.gov.br>) e informou e-mail para dúvidas durante a reunião: forum.duvidas@transportes.gov.br.

I - PAUTA

1 - HOMOLOGAÇÃO DA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA.

A ata foi lida e aprovada sem ajustes.

2 - DESTAQUES DO PERÍODO:

O Coordenador do Fórum registrou o empenho da equipe do Ministério dos Transportes e da equipe de Governo, na pessoa do Sr. Wagner Caetano, entre outros órgãos do Executivo em honrar o compromisso assumido no Fórum em conseguir a publicação da prorrogação do prazo para a formalização das operações de refinanciamento, obtido por meio da medida provisória MP nº 707 de 30/12/2015, prorrogando para 30 de junho de 2016. O Coordenador destacou que reclamações sobre o processo de refinanciamento podem ser enviados ao e-mail do Fórum pelas entidades (lembrando que o solicitante do refinanciamento deve cumprir com as exigências normativas).

O Coordenador registrou, também, os Ofícios encaminhados pelo Ministro dos Transportes aos Governadores dos Estados de Mato Grosso, São Paulo e Paraná para o cumprimento da Lei 13.103/2015, no tocante a isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos de caminhões vazios.

João Gogola (Transportadores) solicitou a disponibilização do parecer da AGU referente às rodovias federais delegadas serem de responsabilidade da União.

Roberto Queiroga (Embarcadores) mencionou que quando o assunto trata-se de pedágio toda cadeia é envolvida e todos sofrem com a cobrança elevada. Mencionou como é difícil entender o cálculo do reequilíbrio de contrato.

O Coordenador destacou a importância do Marco Regulatório para o transporte rodoviário de cargas e disponibilizou o Ministério dos Transportes para ajudar no que for possível a Comissão.

3 - ORDEM DO DIA:

O Sr. Marcelo Sampaio (Coordenador do GT 2) apresentou o processo (passo a passo) de reconhecimento dos PPDs, destacou que todas as informações relativas a esse assunto estão disponíveis no site do MT.

Flávio Benatti (Transportadores) mencionou sobre a visita que a CNT fez ao Japão para conhecer os modelos de Pontos de Parada e Descaso e foi sugerido que o Fórum conhecesse o modelo japonês e americano.

Edeon Vaz (Embarcadores) destacou as diferenças regionais com relação à disponibilidade de PPD e sugeriu que o Ministério dos Transportes juntamente com o BNDES disponibilize uma linha de crédito para fomentar a construção de PPDs em áreas menos desenvolvidas, citando o exemplo da Alemanha.

O Coordenador informou que algumas empresas já demonstram interesse em construir PPD.

Eurico Tadeu (Autônomos) informou que alguns postos de combustíveis do Pará não aceitam fiscalização dos sindicatos para não serem denunciados por utilizarem, ainda, a carta frete. Solicitou a intervenção do Fórum para tentar coibir esses postos que não estão cumprindo a legislação. Foi sugerido que o posto que opera com carta frete perca o registro na ANP.

O Coordenador solicitou a formalização da denúncia. Informou que a Carta Frete será pauta para as próximas reuniões do semestre.

João Gogola (Transportadores) informou que as cooperativas estão enfrentando grandes dificuldades com relação à equiparação de meios de pagamento, diversos embarcadores estão cancelando contratos por não atenderem as exigências. Solicitou à ANTT a revisão da resolução, alegou que a equiparação prejudica, trazendo uma realidade que não é prática devido aos tamanhos das frotas.

Rosimeire Freitas (ANTT) informou que a equiparação está prevista na Lei e que o problema não será resolvido com a revisão da resolução da ANTT.

Tito Lívio (ANTT) ressaltou que a ANTT não pode inovar a título legislativo, a exigência do CIOT para o autônomo ou equiparado (até três veículos) é uma determinação da Lei, a ANTT só regulamenta operacionalmente o que está previsto na legislação.

Flávio Benatti (Transportadores) destacou que essa questão da carta frete está relacionada à situação econômica, informando que na realidade está acontecendo o financiamento dos fretes nos postos do país. Sugeriu a intervenção do Fórum, por meio de uma aproximação entre o MT e o MME – Ministério de Minas e Energia, para aplicação de sanções aos postos.

O Coordenador informou que alguns temas, como exemplo Cartão Frete, Exame Toxicológico, deverão ser organizados em ordem de prioridade para discussão nas reuniões de 2016. As entidades deverão apresentar os itens que consideram mais importantes, por ordem de prioridade, para serem tratados no Fórum. Alguns GTs serão encerrados e novos Grupos de Trabalhos serão criados para o encaminhamento dos assuntos pendentes. O Coordenador solicitou aos membros do Fórum que enviem as sugestões de temas por e-mail em até 15 (quinze) dias, a contar da data desta reunião.

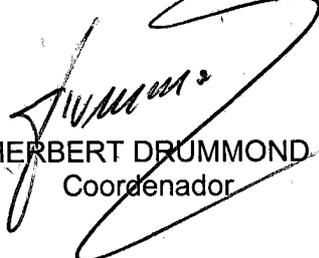
Paulo Estausia (Convidados) solicitou que as questões trabalhistas sejam assunto de pauta para 2016.

O Coordenador encerrou o GT3 sobre Modelo de Concessão. Comunicou que o Regimento Interno do Fórum deverá ser reformulado em comum acordo entre os representantes do Fórum TRC, alguns ajustes serão feitos, como exemplo a inserção de um item que valoriza a presença dos membros nas reuniões ordinárias, as faltas também serão cabíveis de penalidades.

Alzira da Mota (Autônomos) solicitou, novamente, o apoio do Fórum na questão da participação da CNTA na Câmara Temática de Assuntos Veiculares do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

O Coordenador solicitou o apoio da Secretaria de Governo (Jefferson Oliveira representante Suplente da PR) para a resolução dessa demanda, junto ao Ministério das Cidades.

Brasília, 24 de fevereiro de 2016.



HERBERT DRUMMOND
Coordenador

Participação (Acesso Remoto): 80 pessoas.